PF faz buscas na casa de presidente da Cemig e em cinco empresas

A Polícia Federal cumpre na manhã desta quinta-feira (1/10) 40 mandados de busca e apreensão em diferentes estados. As buscas fazem parte da operação que investiga transações financeiras supostamente ilegais na campanha do governador Fernando Pimentel (PT).

Um dos locais onde houve busca e apreensão foi na casa do presidente da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), Mauro Borges. O executivo é ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com atuação entre fevereiro e dezembro de 2014. Ele substituiu Fernando Pimentel quando o petista saiu do cargo para concorrer ao governo de Minas.

De acordo com o advogado de Borges, **Marcelo Leonardo**, foram apreendidos computadores e dispositivos eletrônicos. O presidente da Cemig foi encaminhado à Polícia Federal onde permaneceu em silêncio e foi liberado em seguida.

Também foram cumpridos mandados de busca e apreensão na Marfrig, Odebrecht, Cacao, CBF, Casino e Gol, de acordo com informações de *O Estado de S. Paulo*. Os mandados estão sendo cumpridos em São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal e Rio Grande do Sul. As buscas foram autorizadas pelo Superior Tribunal de Justiça e a investigação corre sob sigilo, uma vez que envolve suspeitas de irregularidades na campanha do governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, que tem foro privilegiado.

Em maio de 2015, quando deu início à operação acrônimo, a Polícia Federal buscava a origem de mais de R\$ 110 mil encontrados em um avião no aeroporto de Brasília, em outubro do ano passado. Na época, a PF informou que tinha como foco o combate a uma “organização criminosa investigada por lavagem de dinheiro e desvios de recursos públicos”.

A aeronave transportava Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, o Bené, dono de uma gráfica que prestou serviço para a campanha de Pimentel ao governo mineiro. Bené chegou a ser preso em maio, mas liberado após pagar fiança.

No início da operação, a PF fez buscas no apartamento da mulher de Pimentel, a jornalista Carolina de Oliveira, em Brasília. Na época, o governador classificou a ação como um "equivoco". Dois dias depois, o advogado de Carolina de Oliveira, Pierpaolo Bottini, entregou à Justiça Federal em Brasília documentos que comprovariam a inocência da primeira-dama mineira.

Vazamento de informações

Ao comentar a nova fase da operação nesta quinta-feira, advogado de Fernando Pimentel, **Antonio Carlos de Almeida Castro**, o Kakay, afirmou que, em seu entendimento, essa nova fase não tem seu cliente como alvo. Isso porque, segundo Kakay, todas as empresas citadas não tem relação com Fernando Pimentel. "Porém, só será possível saber o alvo dessa nova fase quando acabar o sigilo de 48h impostos pelo ministro Herman Benjamin", complementou o advogado.

O ministro, relator do caso no STJ, decretou o sigilo de 48 horas a partir das 6h desta quinta-feira. Com

isso, os advogados só terão acesso ao despacho que autorizou as buscas e saberão os locais onde efetivamente houve ação da Polícia Federal a partir das 6h de sábado (3/10).

Kakay disse que ficou sabendo da operação somente pela imprensa e criticou o sigilo. "Isso vale mais para o advogado, porque a imprensa hoje cedo já sabia que havia a nova fase da operação e estava citando nome de empresas". O vazamento de informações sigilosas quanto a este processo, inclusive, já fez com que o advogado pedisse a instauração de inquérito para apurar as divulgações feitas.

"Já faz algum tempo que o pedido foi feito, pois este não é o primeiro vazamento. Como isso causa uma indignação muito grande no Pimentel, que está com a esposa grávida, a gente pediu a instauração do inquérito. A gente tem ideia da onde vem, porém a gente sabe que, com exceção do caso do Protógenes Queiroz, nunca há punição".

Date Created

01/10/2015